



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 085

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Ato da Presidência:**ATO DO PRESIDENTE Nº 12/2003**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinando com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar Externa do Parque Nacional do Iguaçu, composta pelos deputados Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin, Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Ademir Bier, Chico Noroeste, e Ademar Luiz Traiano, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 15 de outubro de 2003, para averiguar, *in loco*, a situação de conflito existente no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná que tem como origem o fechamento da Estrada do Colono.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE OUTUBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Ofícios:****OFÍCIOS**

Sob o nº CTL/CC 193/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 242/2003, do deputado Miltinho Pupio, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 195/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 054/2003, do deputado Nelson Tureck, por julgá-lo ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 196/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 055/2003, do deputado Nelson Tureck, por julgá-lo ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 194 e 197/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

371/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina de Natal Pessuti, o trecho da Rodovia 082, que liga os municípios de Jardim Alegre a São João do Ivaí, o qual convertido em Lei nº 14.150. **Anote-se - Arquivo-se.**

497/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que anistia débitos dos titulares de ofício do foro judicial e extrajudicial junto ao Comprevi, o qual convertido em Lei nº 14.151. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 612/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio

com a Associação de Produtores Agroecológico de Verê - APAVE/PR, no valor de R\$33.870,00 do Ministério e R\$8.650,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização de capacitação e formação de famílias de agricultores ligados aos processos de agroindustrialização. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 597/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Cooperativa Central de Crédito do Paraná - Sicredi/PR, no valor de R\$157.500,00 do Ministério e R\$34.294,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização de capacitação e formação de famílias de agricultores ligados aos processos de agroindustrialização. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 396/2003, do senhor Hermes Ricardo Matias de Paula - Presidente do FNDE, comunicando liberação de recursos destinados à execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 592/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Mônica/PR, no valor de R\$27.440,00 - Ministério e R\$3.000,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização do Encontro Regional de Organização Rural. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 600/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária, no valor de R\$40.470,00 - do Ministério e R\$9.700,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização de capacitação e formação de famílias de agricultores ligados às novas Cooperativas do Sistema de Integração Solidária. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 584/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores, no valor de R\$40.060,00 do Ministério e R\$9.050,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização de capacitação e formação de famílias de agricultores ligados aos processos de agroindustrialização. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 576/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Associação de Agricultores Orgânica do Paraná, no valor de R\$36.030,00 do Ministério e R\$10.150,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização de capacitação e formação de famílias de agricultores ligados aos processos de agroindustrialização. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 588/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Central de Associações de Produtores Rurais de Coronel Vivida, no valor de R\$40.820,00 do Ministério e R\$7.750,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização de capacitação e formação de famílias de agricultores ligados aos processos de agroindustrialização. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 394/2003, do senhor Hermes Ricardo Matias de Paula - Presidente do FNDE, comunicando liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 400/2003, do senhor João Carlos Buffara Lopes - gerente geral da Caixa Econômica Federal, comunicado liberação de recursos financeiros de R\$40.254,43 (quarenta mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos), destinados ao município de Toledo, no âmbito do Prodesa, modalidade execução de promoção do Cooperativismo Nacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1.339/2003, do Tribunal de Justiça, encaminhando projeto de lei do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/203, 204 e 205/2003, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, os Projetos de Lei nºs 164/2003 e 072/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão e, Projeto de Lei nº 185/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/202/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 429/2003, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/198,199, 200 e 201/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

303/2003: De autoria do deputado Durval Amaral, que denomina de Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig, a escola do Conjunto Habitacional José Giordano, localizada à Rua Santo Tamioso, entre as Ruas Basílio Zanin e Luiz Gonçalves de Matos, em Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 14.152. **Anote-se - Arquivo-se.**

430/2003: Do Poder Executivo, que transforma cargos de provimento em comissão, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, conforme específica, o qual foi convertido em Lei nº 14.153. **Anote-se - Arquivo-se.**

306/2003: Da Procuradoria Geral de Justiça, que cria 200 cargos de Oficial de Promotoria no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.154. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/2003: De autoria do deputado Renato Gaúcho, que veda, em todo o território do Estado do Paraná, a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais, o qual foi convertido em Lei nº 14.155. **Anote-se - Arquivo-se.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 110/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A implantação de uma unidade do Instituto Médico Legal - IML no município de Medianeira, que atenderá as necessidades dos municípios de Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Missal, Itaipulândia, Serranópolis, entre outros.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de sugestão que visa beneficiar, a princípio, os municípios localizados a um raio de 30 quilômetros do local indicado para implantação, sendo que estes totalizam, aproximadamente, 99.000 habitantes, havendo ainda, a possibilidade de outros municípios fazerem parte do grupo, e sugerem até uma parceria entre si para garantir a manutenção do mesmo. A implantação desse órgão estadual trará um benefício social para toda a região, pois atualmente o atendimento é feito no município de Foz do Iguaçu, localizado a 64 quilômetros de distância. Somado a isto, a demora para a liberação dos corpos causa um grande desgaste psicológico aos familiares dos falecidos.

INDICAÇÃO Nº 111/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação de um programa de criação de peixes em tanques e redes, aliado à aquisição de áreas para cultivo convencional e gerenciamento pelas colônias ou associações de pescadores.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de sugestão que visa, precipuamente, criar condições para que um grande número de pescadores profissionais possam exercer sua profissão com dignidade e, também, dar sustento às suas famílias, já que a pesca, sendo praticada apenas em moldes artesanais, não serve para o desenvolvimento econômico e social que desejamos.

INDICAÇÃO Nº 112/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Que seja definida uma data única para a realização de casamentos comunitário no Estado do Paraná, para todas as pessoas carentes que apresentarem atestado de pobreza junto ao Oficial de Cartório do seu município, devendo este deixar em edital, num lugar onde todos possam ter acesso, a data da realização da cerimônia, bem como as providências a serem tomadas por aquelas que tiveram interesse em participar do mesmo.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Baseado no Código Civil, artigo 3º da Lei nº 1060/50, o qual concede benefício às pessoas necessitadas, isentando-se de pagamento de quaisquer taxas relativas à lavratura de procuração por instrumento público, e, devido ao fato essas mesmas pessoas geralmente não possuem informação sobre os seus direitos, permanecendo unidas de fato, mas não de direito, não regularizando sua situação por falta de recursos, é que se faz esta solicitação como um ato de cidadania.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER a anexação do Projeto de Lei nº 505/2003 ao projeto de Lei nº 632/2003, ambos de autoria do deputado Doutor Luciano, que objetiva inserir dispositivo na Lei nº 14.087, de 11/09/2003, Luz Fraterna.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei

nº 622/2003, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis - PR.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, REQUEREM a concessão de prazo suplementar de 30 (trinta) dias, pelas razões que abaixo explicitam: apesar da presente Comissão ter seu prazo conclusivo datado de 17 de outubro do corrente, urge a presente solicitação, posto que devido à complexidade nascida do grande número de depoimentos prestados junto a esta CPI, tornou-se inexecutável o cumprimento do prazo acima aludido.

Outrossim, pelo caráter insubstituível do depoimento do Sr. Rogério Figueiredo Vieira, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, ainda, a ser colhido na 19ª Vara Criminal daquela comarca, por meio de Carta Precatória, autos nºs 2003.00/116622, marcado para o dia 27 de outubro do corrente, a ser incluído no relatório final desta Comissão, mister se faz a prorrogação do prazo acima solicitado.

A prorrogação do prazo de 30 dias é indispensável à conclusão dos fins a serem almejados pela Comissão Parlamentar, razão pela qual pedimos o deferimento do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(aa) MARCOS ISFER
RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA designação da Assembleia Legislativa do Paraná para participar em Salvador nos dias 22, 23 e 24 de outubro, da XVI Reunião Nacional do MIEIB - Movimento Inter-Fóruns de Educação Infantil do Brasil. O Estado do Paraná será representado apenas por dois representantes: deputado Pedro Ivo Ilkiv - Assembleia Legislativa do Paraná; e Catarina Moro, representante do MIEIB no Paraná e professora da UFPR.

Lembramos a V. Exa. que participamos, no mês de setembro, em Brasília, na Câmara dos Deputados, do Seminário Nacional sobre Financiamento da Educação Infantil. Entendemos ser muito importante a participação nesses eventos devido ao momento decisivo para a definição dos rumos da educação infantil no Brasil e no nosso Paraná.

Na mesma oportunidade, solicitamos a possibilidade de a Assembleia arcar com as despesas (passagem aérea) e estadia em Salvador (4 diárias).

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da Comissão de Saúde Pública da Assembleia Legislativa do Estado e no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para participar, em nome deste Poder Legislativo, da Reunião da Frente Parlamentar da Saúde, para tratar da verba da área da saúde no orçamento Geral da União para 2004, no dia 28 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a sua designação, como delegado representante da Assembleia Legislativa do Estado, na Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada em Brasília nos dias 22, 23, 24, 25 e 26 de outubro.

Informamos que esta designação faz parte da indicação constante do ofício nº 85/2003 - VP, subscrito pelo deputado Natálio Stica, então presidente desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2373

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente Sessão Plenária, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Claudines Reginaldo, MD vereador do município de Pinhais e diretor de Transportes da Expresso Azul.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, à Rua Honduras, 683 - Vila Esplanada, CEP 83320-170, Pinhais - PR.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-vereador Lauro de Carvalho Chaves, ocorrido em data de hoje, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 83 anos de idade, faleceu em data de hoje, 20/10/2003. o ex-vereador Lauro de Carvalho Chaves, que deixou viúva a Sra. Santina Terron de Carvalho Chaves (Tita). Deixou ainda um filho.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e correligionários, dentre eles este parlamentar.

Lauro de Carvalho Chaves foi, na Câmara Municipal de Curitiba, suplente de vereador, tendo assumido o primeiro mandato em 1960; o segundo, em 1971; o terceiro, em 1975; e o quarto mandato em 1976.

Foi eleito vereador efetivo em 1977.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes, nem fracos. Por isso, caiu o prezado amigo. Entretanto, leva consigo a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, desempenhando com dignidade as funções no Legislativo Municipal.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Lauro Carvalho Chaves, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário nesta hora difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Carvalho Chaves, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2376

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Nápoli, de Ibema, com votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Alaíde Dias Nápoli, ocorrido no último dia 15 de outubro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Sra. Alaíde Dias Nápoli, deixou consternada toda população de Ibema. Mãe, esposa, avó e bisavó exemplar, deixará em todos um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos familiares, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

A Sra. Alaíde Dias Nápoli, soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ela, principalmente sua grande família, que neste momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ela foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 2368

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Hospital Pequeno Príncipe, pela conquista da certificação da ISO-9001:2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à Dra. Ety Cristina Forte Carneiro, coordenadora de Relações Institucionais para que receba e transmita a todos os diretores e colaboradores do hospital, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Pequeno Príncipe, acaba de receber a certificação da ISO 9001:2000, que estabelece uma metodologia para o alcance da gestão pela qualidade.

Dois setores do hospital foram certificados: o Centro de Imagem e o Serviço de Pronto-socorro do Paciente (SPP). A ISO 9001:2000 deu a garantia de que os setores do hospital certificados estão atentos às necessidades do paciente e sua satisfação.

A referida certificação veio reforçar a crença que o Hospital Pequeno Príncipe tem na humanização do atendimento hospitalar, contribuição significativa para alçar tal honraria.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se concretiza um sonho acalentado por todos os corações bem formados.

No Hospital Pequeno Príncipe, onde o povo encontra socorro e alívio para as suas dores, se nos afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aqueles que com tanto desvelo conseguiram receber o reconhecimento.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo desta terra, com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo de seu. Deus lhes há de levar à conta tão nobre ação.

Aos senhores médicos, sobretudo, queremos levar o nosso aplauso, pois, sem seus dedicados concursos, nada teria sido possível fazer. A eles compete distribuir as benesses que só a divina arte de Hipócrates proporciona a ação de minorar as dores do corpo, sem desprezar as da alma.

Mais uma vez, aos heróicos realizadores do Hospital Pequeno Príncipe, os sinceros parabéns do povo reconhecido desta terra.

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Dr. Clayton Coutinho Camargo em virtude de sua assunção ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Praça Nossa Senhora da Salette, Palácio da Justiça, 10º andar, CEP: 80530-912, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao piloto Augusto Farfus Júnior pelo título de campeão europeu de F-3000 conquistado no dia 12 de outubro do ano corrente.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 436 CEP: 80530-100, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de louvor aos auditores da Coordenação da Receita do Estado, Reginaldo de França, Francisco Xavier de Oliveira e Antônio Spolador Filho, pela autoria e publicação da obra “Fiscalização Tributária, Prerrogativas e Limites, de autoria do primeiro nominado, “ICMS Anotado - Lei Complementar nº 087/96” e “ICMS no Paraná Anotado” de autoria dos segundos nominados.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao senhor secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, e ao diretor da Coordenação da Receita do Estado, ambos junto à Av. Vicente Machado, 445, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se, na espécie, de justa homenagem aos servidores/auditores na Receita Estadual, que, através de estudos e aperfeiçoamentos constantes, desenvolvem, além do seu trabalho diário, a sistematização de seus conhecimentos através de obras literárias de suma importância, não só para os estudiosos da matéria tributária, como também para o público em geral que poderá obter informações valiosas do sistema tributário nacional e estadual, em quase todas suas nuances.

Adite-se ainda que os referidos auditores honram sobremaneira seus demais companheiros de profissão, elevando o conceito daqueles que militam na área fazendária, colocando o físico paranaense em destaque, sobressaindo ainda mais no contexto dos quadros superiores do funcionalismo.

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Embaixada da Lapa, pela seriedade com que trata o desenvolvimento do Turismo naquele município.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O deputado que subscreve, pretende com a presente, homenagear a nobre iniciativa da Embaixada da Lapa, em expandir a idéia do Turismo no Estado do Paraná, por meio de um “posto avançado” de informações turísticas a respeito do histórico município.

Importa ressaltar que a indústria do turismo é uma das principais geradoras de emprego no mundo contemporâneo, porém, ainda pouco explorado no Brasil.

É com iniciativas como esta que nascem as grandes transformações. As novas idéias precisam ser valorizadas e colocadas em prática, pois apenas colocando-as em prática é que chegaremos ao pleno desenvolvimento do nosso Estado e faremos mais forte a nossa nação.

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Senhor governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual programa no município de Ponta Grossa ou qualquer outro da região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, solicitando informações sobre a disponibilidade do Tesouro Geral do Estado, tendo em vista que o saldo em agosto de 2003 era de 1.021.000.466,00 (Hum bilhão vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e seis reais).

Como o Governo do Estado do Paraná justifica saldo em conta, quais os projetos em andamento e inves-

timentos a serem realizados para o desenvolvimento social e econômico dos municípios paranaenses?

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivo do Corpo de Bombeiros do Estado, sobretudo nos municípios de Sarandi e Maringá.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se, tendo em vista que há muito tempo não são contratados novos bombeiros para substituição dos aposentados, desligados e outros casos de afastamento.

Cita-se como exemplo o caso de Sarandi que deveria ter 48 bombeiros e tem apenas 20, bem como em Maringá que deveria ter 489 bombeiros e tem apenas 419.

REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação do SIAT - Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma, no município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido requerimento justifica-se, tendo em vista que o município de Sarandi possui mais de 80 mil habitantes e atende inúmeros casos de acidentes.

Assim, para prestar socorro de emergência às vítimas e transportá-las para os hospitais em condições ideais e com equipamentos e procedimentos adequados, evitando o agravamento das lesões, se faz necessária a instalação do SIAT no município.

REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião governador do Estado, solicitando informações sobre:

- Quantos cargos em comissão estão sendo disponibilizados pelo Governo do Estado do Paraná, na admi-

nistração direta, autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas e órgãos de regime especial?

- Quais os nomes dos ocupantes dos cargos, lotação e local de atuação?

- Quais os salários percebidos pelos ocupantes dos cargos em comissão?

- Quantos cargos em comissão ainda estão vagos e em quais setores?

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora da Salete s/n - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 635/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei estabelece normas gerais sobre os requisitos necessários à realização de eventos de grande porte de natureza artística, cultural, promocional, religiosa, esportiva e outros assemelhados, em espaços públicos e privados.

Art. 2º - Para os fins desta lei considera-se:

I - evento de grande porte: todo e qualquer evento realizado em ambiente fechado, com capacidade de público igual ou superior a 1000 (um mil) pessoas;

II - evento de grande porte: todo e qualquer evento realizado em ambiente aberto, delimitado fisicamente, com capacidade de público igual ou superior a 2000 (duas mil) pessoas;

III - entidade locadora: a pessoa física ou jurídica, proprietária, locatária ou concessionária do direito de uso do espaço apropriado para a realização de eventos de grande porte;

IV - entidade promotora: a pessoa física ou jurídica que promove a realização de eventos nos locais acima mencionados.

Art. 3º - Previamente à realização de evento de grande porte, com antecedência mínima de sessenta (60) dias, deverá a entidade locadora e/ou promotora diligenciar junto:

I - à Secretaria de Cultura do município em que se realizará o evento, autorização para a realização do evento, cujo requerimento deverá ser instruído com:

a) Cópia de seus atos constitutivos perante a Junta Comercial, com respectivas inscrições perante a Receita Municipal, Estadual e Federal;

b) certidão de regularidade fiscal junto ao município, Estado e União;

c) cópia do contrato de locação ou concessão de uso do local onde será realizado o evento;

d) cópia da apólice de seguro contra riscos de incêndio, das edificações e instalações de todo o espaço do evento;

e) cópia da apólice de seguro de danos pessoais de visitante, frequentadores, clientes, expositores, servidores públicos e trabalhadores em serviço;

f) cópia do contrato de locação de serviços celebrado com empresa especializada em segurança, objetivando a contratação de profissionais para o evento, cujo número não poderá ser inferior a 1% (um por cento) do público recomendado no certificado de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros.

II - Ao Corpo de Bombeiros autorização devidamente acompanhada de certificado de vistoria, no qual deverá constar;

a) capacidade máxima de público permitida no ambiente aonde será realizado o evento;

b) características do local, com especificações dos equipamentos, números de viaturas para salvamento e adaptações necessárias à segurança do público, como indicação de saídas de emergência, iluminação apropriada, quantidade de extintores de incêndio exigíveis.

III - À Polícia Militar policiamento ostensivo para a data do evento.

IV - À Polícia Civil.

V - Ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP estudo de impacto ambiental, sempre que possível, tendente a aferir a possível existência de poluição (sonora, visual e outras) em área de proteção ecológico-ambiental.

VI - À Vara da Infância e Juventude da Comarca respectiva portaria judicial que regulamente o acesso de crianças e adolescentes ao local do evento devendo haver classificação das faixas etárias adequadas.

Art. 4º - A quantidade máxima de ingressos a serem confeccionados, incluindo-se os convites de cortesia, não poderá ultrapassar o limite máximo de pessoas estabelecidas no certificado de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros.

§ 1º - A numeração dos ingressos será necessariamente seqüencial, respeitando a capacidade máxima de público prevista no certificado de vistoria expedida pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 5º - A entidade promotora e/ou locadora do evento será responsabilizada pela manutenção da ordem e do respeito à moral e aos bons costumes.

Art. 6º - Em caso de descumprimento do previsto nesta lei, poderá o município aplicar à entidade promotora e/ou locadora do evento as seguintes sanções:

I - multa pecuniária mínima de R\$1.000,00 (hum mil reais) e máxima de R\$10.000,00 (dez mil reais) por pessoa presente no evento, de acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, importância que duplicará em caso de reincidência;

II - interdição do local;

III - embargo do evento a qualquer tempo;

IV - impedimento de realização de novo evento, pelo período de até dois anos.

§ 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa municipal, no âmbito de sua atribuição, isoladas ou cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

§ 2º - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, será aplicada mediante procedimento administrativo, no qual será respeitado o direito à ampla defesa, revertendo o valor para o erário municipal ou estadual.

Art. 7º - O disposto nesta lei não afasta responsabilidade civil e criminal decorrente de atos ou fatos ocasionados em função da realização do evento.

Art. 8º - Não se aplica o disposto nesta lei:

I - a jogos de futebol realizados em estádios destinados a esse fim, obedecidas as disposições constadas no Estatuto do Torcedor - Lei nº 10671 de 15 de Maio de 2003;

II - a jogos individuais ou coletivos realizados em ginásios de esporte;

III - a reunião, convenções ou comícios políticos, obedecidas as restrições contidas no Código Eleitoral - Lei Federal nº 4737, de 15 de julho de 1965 - e Legislação Complementar;

IV - a reuniões realizadas nas dependências de clubes sociais legalmente constituídos.

Art. 9º - Esta lei será regulamentada pelo prazo seguinte e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo deve seguir o exemplo da Prefeitura Municipal de Curitiba e criar uma legislação mais rigorosa para todo o Estado do Paraná, que forneça os mecanismos necessários e suficientes para evitar que, no futuro, a tragédia ocorrida no dia 31 de maio de 2003 nas dependências do Jockey Clube do Paraná, que vitimou três jovens (Larissa Seletti, 15 anos; Mariana de Andrade, 14 anos; e Jonathan Raul dos Santos, 15 anos) não ocorra mais.

O projeto de lei em questão trata de eventos de grande porte de natureza artística, cultural, promocional, religiosa e desportiva, sendo considerado evento de grande porte todo e qualquer evento realizado em local fechado com capacidade igual ou superior a 1000 pessoas, e em lugar aberto, delimitado fisicamente, com capacidade total igual ou superior a 2000 pessoas. Em local aberto, o projeto exige que para sua autorização seja cumprida uma série de exigências, no que concerne à segurança do local e à idoneidade da empresa promotora do evento. Em estabelecimentos fechados permitir-se-á

uma melhor fiscalização dos eventos que diariamente se realizam em estabelecimentos devidamente licenciados, tais como: casa de shows, danceterias, boates.

Assim, a proposta irá reforçar o mecanismo de segurança e aumentar as penalidades fixadas em caso de não cumprimento das exigências, podendo evitar que outras tragédias venham ocorrer, exatamente por não existir legislação específica que regularize os eventos de grande porte.

PROJETO DE LEI Nº 636/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa “Jornal Escola, Exercício da Cidadania”, para leitura de jornais em sala de aula, devendo ser coordenado e orientado pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Programa terá caráter experimental e será desenvolvido a partir da promulgação desta lei, atendendo o ensino fundamental e médio dos estabelecimentos que compõem a rede oficial de ensino.

Art. 3º - O Programa “Jornal Escola, Exercício da Cidadania” deverá ser implantado em caráter permanente e efetivado após um ano de implantação.

Parágrafo Único - A efetivação de que trata o *caput* deste artigo será realizada pela metade mais um.

Art. 4º - Estarão em condições de participar do Programa todas as empresas que, no Estado, editam jornais com circulação diária e cobertura em cada edição de assuntos:

I - políticos nacionais e locais;

II - internacionais;

III - de economia;

IV - de cobertura de fatos relacionados ao Estado do Paraná, prioritariamente de sua história.

Art. 5º - O Programa terá por objetivo orientar os jovens para o exercício da cidadania, mediante, principalmente:

I - a formação do hábito de leitura e a convivência com o pluralismo de idéias;

II - a estimulação do senso crítico;

III - o conhecimento de assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento da sociedade e ao bem-estar coletivo do indivíduo, suas histórias e tradições, direitos e deveres, necessidades e aspirações, resultando no estímulo e preparo para a sua participação na coletividade;

IV - a vivência cultural e dos processos científicos e tecnológicos.

§ 1º - As empresas participantes do Programa deverão comprometer-se a contribuir diretamente com o

projeto, deslocando, para fazer palestras nas escolas, um editor da área solicitada, sobre os temas em questão.

§ 2º - Para o bom desempenho do Programa, deverão ser criados, nos Núcleos Regionais de Educação, no prazo de 90 (noventa) dias contados da regulamentação desta lei, quadros com equipes para orientar os professores nas escolas abrangidas pelo projeto.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º - As despesas provenientes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria da Educação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Os meios de comunicação de massa (jornais, rádios, televisão, internet) têm grande poder de influência sobre crianças, jovens e adultos, conforme vários estudos apontam. Além disso, a informação passa a ser instrumento fundamental de trabalho e de desenvolvimento da cidadania. A leitura, segundo estudos, é hábito que pode ser desenvolvido. Portanto, permitir o acesso de crianças, adolescentes e jovens a jornais, mediante um programa didaticamente estruturado, fará com que se desenvolva esse hábito.

O Programa tem por objetivo geral criar o hábito de leitura e por objetivo específico formar cidadãos críticos e comprometidos com a sua comunidade. A leitura de textos literários tem a sua função determinada. A leitura de jornais é um complemento, a fim de despertar os estudantes para as várias realidades que os cercam. O Programa deverá promover também debates críticos sobre o papel da mídia nos dias atuais, sua influência e como olhar criticamente para esses veículos de comunicação de massa cada vez mais presentes.

PROJETO DE LEI Nº 637/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei 12.909, de 23 de agosto de 2000, acrescentado pela Lei 13.527, de 25 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Faculta-se às prefeituras municipais, onde não exista agência ou posto de atendimento de bancos oficiais, efetuar movimentações financeiras nas cooperativas de crédito integrantes dos sistemas Sicoob - Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná, Sicredi

- Sistema Integrado de Crédito Cooperativo, Unicred e Cresol”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.10.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

No Paraná funcionam quatro sistemas de cooperativas de crédito: o Sicoob, a Sicredi, a Unicred e o Cresol. Entretanto, a Lei 13.527, de 25 de abril de 2002, instituiu tratamento desigual entre essas instituições ao facultar às prefeituras a operação através de um dos sistemas.

Esta matéria tem por objetivo corrigir essa distorção, conferindo tratamento isonômico para os quatro sistemas de crédito em operação no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, povo do Paraná e imprensa presentes.

Venho a esta tribuna para ressaltar a importância de alguns convênios assinados na última sexta-feira, na cidade de Cascavel, onde em um grande preito de todo o Oeste do Paraná, foi assinado pelo governador Requião. Estiveram presentes lá os deputados Dobrandino, Ademir Bier, o 1º secretário desta Casa, Nereu Moura e vários deputados federais daquela região.

O convênio que autorizou “os Caminhos da Roça” para mais de quarenta municípios do Oeste do Paraná que assinaram esse convênio, visa escoar melhor a sua produção agropecuária. Também, um dos projetos mais importantes para o Oeste, que é a duplicação da Rodovia 467, que integra ainda mais as cidades de Cascavel e Toledo, também foi assinado naquela oportunidade. Foi autorizada a licitação, e essa obra deverá dar início ainda este ano. É de suma importância, haja vista que é um corredor de integração com o Mato Grosso e é aonde há o maior fluxo de veículos, inclusive em determinados momentos muito mais do que a própria 277, que é a rodovia que liga esta capital ao Oeste do Paraná.

Também, senhor presidente, gostaria de registrar nesta tarde, e agradecer a todos os deputados que votaram favoravelmente ao projeto que proíbe os transgênicos no Paraná, tendo a convicção de que realmente foi uma decisão acertada, uma visão da precaução.

Também, senhor presidente, quero registrar um fato da cidade de Toledo, onde lá fui vereador de Oposição por seis anos. Nunca nós conseguíamos um terço das assinaturas para se fazer alguma CPI, e agora, mais recentemente, conseguimos a sexta assinatura naquela cidade, para tomar providências, - indícios de superfaturamento de obras, falcaturas e licitações, e com a sexta assinatura mesmo assim aquela Câmara não instalou a

CPI, e aí, sim, os corajosos vereadores recorreram ao judiciário, que determinou que se instalasse uma CPI naquela Casa.

Dos seis anos que fui lá vereador, sempre fiscalizando atentamente os atos do Poder Executivo, agora sim, tem uma CPI! É claro que na CPI tanto o presidente como o relator estão do lado do governo; não se deu a oportunidade de a Oposição fazer parte, sendo o relator ou presidente.

Teremos grandes dificuldades, mas com uma boa assessoria que as Casas podem dar ao acompanhamento das CPI's, acredito que a investigação será profunda e muitos fatos levantados na época do nosso exercício de vereador devem ser apurados agora, por aquela CPI.

Portanto, para finalizar, senhor presidente, uma Câmara Municipal de acordo com a Constituição, com um terço dos seus representantes, imediatamente a Mesa deveria instalar a CPI, e lá, não foi o caso. Tivemos que recorrer ao Judiciário para que a CPI fosse instalada.

Seria isso, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não há mais deputados inscritos no Pequeno Expediente e passamos, de imediato, ao Grande Expediente.

Solicito ao Cerimonial que informe se está na Casa o senhor Jamil A. das Neves, representante do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, que faria uso do Grande Expediente de hoje.

Como não se encontra, está cancelado o grande Expediente e passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PPB, PFL, PSDB, PDT, PT, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 110/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a implantação de uma unidade do Instituto Médico Legal- IML, no município de Medianeira. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 111/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a adoção de medidas de apoio aos pescadores profissionais. **À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.**

Indicação nº 112/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a definição de data para a execução de casamentos comunitários em todos os municípios do Estado do Paraná. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 108/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Rosário do Ivaí, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro na comarca de Grandes Rios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 108/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro no município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 518/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Leonilda Obadowski Prado- Educação Infantil e Ensino Fundamental com sede e foro no município de Moreira Sales. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 518/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Leonilda Obadowski Prado - Ensino Infantil e

Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 525/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi- Amas, com sede e foro no município de Sarandi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 525/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi- Amas, com sede no município de Sarandi e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.899 de 25 de novembro de 2002. (Utilidade Pública). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.719/2002, de Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para Centro de Educação Infantil Boa Esperança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e

à Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de setembro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19.06.1992. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/2003, de autoria do deputado Waldir Leite e outros, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado à Senhora Chieko Aoki. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Pub. no DA nº 059/2003, de 12.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 433/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da Bancada do PPS, propõe a concessão de título de Cidadania Honorária deste Estado à Sra. Chieko Aoki, conhecida como a grande dama da hotelaria brasileira.

Justificando a proposição, apresenta currículo e arrola as profícuas atividades da digna senhora em prol do desenvolvimento do setor hoteleiro no Paraná com a capacitação e emprego para a mão-de-obra especializada nesta área, geração de empregos indiretos, além da divulgação do Estado e do país no cenário internacional, car-reando investimentos de capital estrangeiro.

A concessão de título honorífico do Estado, está vinculada ao cumprimento das condições previstas na Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, e a satisfação das condicionantes estabelecidas na lei mencionada estão adequadamente demonstradas nos autos deste projeto de lei, inclusive, a informação de fls. 5 da Diretoria Legislativa desta Casa nos dá conta que o Partido Popular Socialista - PPS, nesta legislatura, apresentou apenas um projeto de lei desta natureza.

Considerando portanto a plena adequação desta proposição aos ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Em votação

Como se trata de título de Cidadão Honorário, a votação será nominal e secreta.

Solicito ao 1º secretário que proceda à leitura dos nomes dos senhores deputados para a votação.

Lembrando aos senhores deputados que os favoráveis votarão com a cédula SIM e os contrários, votarão com a cédula NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados para a votação)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

40 senhores deputados votaram.

Solicito aos deputados Ailton Araújo, Luciana Rafagnin e Jocelito Canto, que procedam ao escrutínio da votação.

40 votos. 30, SIM; e 01, NÃO. **Aprovado.**

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 005/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região do Norte Pioneiro, com sede na cidade de Santo Antonio da Platina. **PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. Aprovada. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23/04/2003)**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 05/2003

P A R E C E R :

A presente Indicação Legislativa nº 05/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, tem por objetivo sugerir a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região do Norte Pioneiro, com sede na cidade de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, manifesta-se favoravelmente com relação ao mérito da matéria, pois trata-se de uma região de pólo produtivo de hortifrutigranjeiros, aproximando distâncias, facilitando o mercado interestadual.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 080/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que propõe a instituição do Programa Violência Zero, que obriga adoção de medidas preventivas de segurança pública. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 199/2003. Aprovada por unanimidade. (Publ. no DA nº 017/2003, de 09/04/2003 - Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 080/2003

P A R E C E R :

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, foi convertido na presente Indicação, por força da aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça que declarou a inconstitucionalidade da proposição, posto que invadia competência exclusiva do chefe do Poder Executivo para iniciar o processo legislativo sobre matéria.

Trata-se de proposição visando a instituição de um programa destinado ao combate da violência no Estado, denominado “Violência Zero”, que impunha ao Poder Executivo, através de seus órgãos voltados à segurança pública uma série de medidas e atribuições de natureza administrativa, de sua inteira responsabilidade e iniciativa, conforme já ficou suficientemente esclarecido no parecer da CCJ, já referido.

Não obstante, a nobre iniciativa do parlamentar não se perde, porque na forma de Indicação do Poder Legislativo, aprovada em Plenário desta Casa (artigo 128 do Regimento Interno, com nova redação da Resolução nº 003/2003), será encaminhada ao senhor governador para que providencie a implantação do programa, na medida de suas possibilidades.

Em face do acolhimento dos argumentos apresentados para justificar a proposição, que por certo propiciará melhores condições de segurança ao povo deste Estado, esta Comissão de Segurança Pública emite seu parecer favorável à Indicação, aguardando seu encaminhamento para deliberação em Plenário.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 199/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Rafael Greca, institui o Programa Violência Zero, que obriga a adoção de medidas preventivas de segurança pública segundo os critérios que determina, e dá outras providências.

Trata-se de projeto de lei que visa dotar medidas preventivas de segurança pública com a instalação de detectores de metais e câmeras de vídeo em locais de intenso acesso do público.

O projeto de lei, apesar de sua alta relevância, fere o contido nos artigos 66, IV, e 133, I, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, que diz:

“Art. 166 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

De acordo com o teor do projeto, vemos que se trata de matéria de competência privativa do Poder Executivo, devendo assim, ser encaminhado na forma de indicação.

Assim, diante do óbice apontado, o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, toma a iniciativa esta relatoria de propor a esta Comissão, que o projeto de lei ora relatado seja enviado ao Departamento Legislativo, para a conversão em Indicação Legislativa.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 084/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que propõe a criação de um Batalhão da Polícia Militar na Zona Norte - Cinco Conjuntos - de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 065/2003, de 27/08/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 084/2003

P A R E C E R :

O deputado Barbosa Neto indica ao governador do Estado a criação de um Batalhão da Polícia Militar na Zona Norte - Cinco Conjuntos - de Londrina.

No que compete a esta Comissão, não há nada que obste a tramitação regimental da proposição.

É o parecer:

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
TADEU VENERI - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 100/2003, de autoria do deputado Delegado Braddock, que sugere a transformação do pelotão da Polícia Militar de Rio Negro em Companhia. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 076/2003, de 23/09/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INDICAÇÃO Nº 100/2003

P A R E C E R :

Relatório

Sugere a transformação do pelotão da Polícia Militar de Rio Negro em Companhia.

Fundamentação

Devido ao aumento da criminalidade na região e a distância que encontram-se os municípios de Rio Negro, Campo do Tenente, Quitandinha e Piên, nota-se a dificuldade do efetivo do pelotão da Polícia Militar no atendimento à população.

A indicação do nobre deputado que tem como consequência o aumento do efetivo da Polícia Militar, adequada à realidade a necessidade de segurança, trazendo maior conforto e qualidade de vida à população da referida região.

Conclusão

Somos, portanto, integralmente favoráveis ao indicativo proposto e esperamos que o governo o coloque em prática.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2368 e 2390, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2369, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2370 e 2371, de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2372, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2373, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2374, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2375, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2376, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2377, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2379, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo como presidente o deputado Marcos Isfer e como relator o deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2380, 2386 e 2391, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** à Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2382 e 2383, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2384, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2385, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Gostaria de lembrar aos senhores deputados, que, logo mais às 17h00 teremos uma Sessão Solene de proposição do deputado Barbosa Neto e da deputada Elza Correia, para proceder à entrega de Título de Cidadão Honorário ao Dr. Francisco Bühner de Assis Lemos de Souza.

Todos estão convidados.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Gostaria de registrar a presença do vereador Gilmar, de Santana do Itararé.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos a presença do vereador Gilmar e deixamos a Assembléia à disposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Especial, 100% Litoral Paraná, a ser realizada terça-feira, dia 21, à hora regimental.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2003.

2º - DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019, 123, 329, 369, 531 e 532/2003; e do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 022, 053, 090, 091, 101 e 102/2003.

Marco ainda uma Sessão Especial em homenagem aos 40 (quarenta) anos de fundação da Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda. - Carol, por proposição do senhor deputado José Maria Ferreira.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES****1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e três, no Auditório da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - Fecea, às 19h30, foi realizada Audiência Pública para discussão do projeto de lei que está sendo encaminhado a esta Casa, que trata de reestruturação do ensino superior público. Sob a presidência do senhor deputado Tadeu Veneri e contando com as presenças na mesa dos deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, membros da Comissão, do professor Vanderlei Ceranto, diretor da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, do professor Cícero Gonçalves de Oliveira, representante do secretário Aldair Tarcísio Rizzi, da professora Ana Cleide Schiarotti Cesário, representante da professora Lígia Pupato, magnífica reitora da Universidade Estadual de Londrina, professor Gentil Telles de Proença, representante do senhor Valter Aparecido Pegorer, prefeito do município de Apucarana, Sr. Natal Batista, vereador da Câmara Municipal de Apucarana, vereador Petrônio Cardoso, presidente da Câmara Municipal de Apucarana e da Associação das Câmaras Municipais de Vereadores do Vale do Ivaí. O senhor presidente deu início à Sessão agradecendo a presença de todos e em seguida teceu comentários sobre o objetivo desta reunião. Logo após passou a palavra ao senhor professor Vanderlei Cerano. Na sequência, os senhores deputados e participantes da Mesa também fizeram uso da palavra. Para encerrar, o senhor presidente destinou espaço para que fossem realizadas perguntas pelas pessoas interessadas, presentes nesta Audiência, conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assi-

nada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES****1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, com as presenças dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Elza Correia, Rafael Greca, Nelson Tureck. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 430/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 25/2003. Relator deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 305/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 262/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Relator deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Indicação nº 79/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Relator deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Indicação nº 66/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca. Relator deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Indicação nº 75/2003, de autoria do deputado Reni Pereira. Relator deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO;. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária